



**ATA DA VII CONFERÊNCIA DAS MARINHAS E GUARDAS COSTEIRAS DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

No período de sete a nove de novembro de 2022, reuniram-se em Lisboa, Portugal, as Delegações das Marinhas e Guardas Costeiras dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Chefiaram as Delegações as seguintes autoridades:

Almirante Valentim Alberto António, Marinha de Guerra Angolana;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Eduardo Rabha Tozzini, Adido de Defesa e Naval junto da Embaixada do Brasil em Lisboa;

Capitão-do-Mar Armindo António da Graça, Guarda Costeira de Cabo Verde;

Coronel Arafam Camará, Adido de Defesa junto da Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa;

Almirante Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo, Marinha Portuguesa;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Afonso de Barros, Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe;

Capitão-de-Mar-e-Guerra Adão Brito "Jacky", Componente Naval de Timor-Leste.

A VII Conferência teve como tema principal: ***“A Pesca Ilegal, não declarada e não regulamentada - novas abordagens”***.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Almirante Henrique Gouveia e Melo, Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, de Portugal, que proferiu uma alocução onde destacou o papel decisivo que as Marinhas têm no desenvolvimento dos Países, bem como, os diversos riscos e ameaças no meio marítimo, nomeadamente as alterações climáticas, a utilização intensa do mar, a poluição marinha e o esgotamento dos recursos marinhos, incluindo a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). Concluiu com a expectativa de, no decorrer dos trabalhos, se encontrarem pontos de entendimento, medidas a implementar e ações a desenvolver, com o propósito de alcançar ações tangíveis para implementar nas Marinhas da CPLP no combate à pesca ilegal.

A conferência contou com uma alocução do Dr. João Neves, consultor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no âmbito do “Acordo sobre Medidas dos Estados



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

do Porto” e de “Monitorização, Controlo e Vigilância” da pesca, subordinada ao tema “Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada – Desafios”. Neste contexto, identificou como principais desafios a identificação de toda a fileira das pescas - desde a captura (ou atividade extrativa) ao consumo, incluindo transbordo, desembarque, primeira venda, transporte, transformação e distribuição -, a atualização dos instrumentos legais nacionais, a identificação de infrações de pesca e crimes ambientais, o diagnóstico dos desafios, a avaliação das responsabilidades dos Estados e instituições, a necessidade de diálogo com os agentes económicos, bem como, a elaboração de planos e programas, coordenando e integrando as diversas instituições. Ressaltou, ainda, que cada Estado deve ter um Plano de Ação Nacional contra a pesca INN e um Plano Nacional de Monitorização, Controlo e Vigilância, evitando, no entanto, copiar modelos importados sem um adequado diagnóstico.

Questionado sobre o modelo mais adequado para atuação do Estado no mar, o Dr. João Neves referiu que defende, por um lado, o princípio da separação dos poderes de fiscalização, regulação e administração e, por outro, a otimização dos recursos, evitando dotar entidades com a mesma capacidade operativa das Marinhas ou das Guardas Costeiras, tendo realçado a mais-valia do modelo de duplo-uso.

O Tenente Miguel Vieira, do Comando Naval da Marinha Portuguesa, efetuou uma apresentação sobre “Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada nas águas da CPLP”, apresentando um panorama geral relativo à pesca INN nas águas dos países da CPLP, concluindo que a pesca INN tem um impacto global e que, por isso, existe a necessidade de incremento de controlo e fiscalização. Por outro lado, o combate à pesca INN está dependente da cooperação internacional pelo que a CPLP pode ter um papel relevante no combate a este flagelo, nomeadamente pela cooperação entre Marinhas / Guardas Costeiras.

O Major Humberto Francisco Macaringue, do Centro de análise Estratégica (CAE) da CPLP efetuou uma apresentação subordinada ao tema “Informe sobre a situação politico-estratégica dos Estados-membros da CPLP”. Neste âmbito, apresentou uma análise securitária global e realçou, entre outros aspetos, as preocupações no domínio securitário, político e económico, no continente Africano e na Europa, destacando a guerra da Rússia/Ucrânia, bem como a situação no Sudoeste Asiático na sequência da tensão entre a China / Taiwan e Coreia do Norte / Coreia do Sul. Realçou, ainda, a insuficiência alimentar em África, a crise energética e o aumento generalizado da inflação, a par do ambiente de tensão política e social sentido em alguns países, como resultado, por exemplo, de processos eleitorais.



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Houve, também, oportunidade de apresentação de dois projetos estruturantes da Marinha Portuguesa. Primeiro, o Capitão-de-fragata Mestre Domingos apresentou a Plataforma Multifuncional, tendo sido partilhado o conceito e principais características desta plataforma inovadora, de arquitetura aberta, e, segundo, o Capitão-de-fragata Leal da Neves apresentou o projeto dos Navios de Patrulha Costeira e as vantagens que este conceito apresenta face aos inúmeros desafios e diversidade de ameaças e riscos que os cenários de operação, atuais e futuros, nos colocam.

I - DELEGAÇÕES PARTICIPANTES:

A relação dos Assessores das Delegações participantes da VII Conferência das Marinhas da CPLP está detalhada abaixo:

Angola

Capitão de Mar e Guerra Sebastião António Gregório

Capitão de Mar e Guerra Lopes Augusto

Portugal

Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Palmeiro Ribeiro

São Tomé e Príncipe

Segundo-Tenente Carlos Costa Gomes dos Ramos Miguel

Subtenente Hélder Soares da Mota Quaresma

Timor-Leste

Subtenente Proficio Neves de Carvalho Fernandes

Primeiro-Sargento Agostinho Mendonça

II - DESENVOLVIMENTO DAS REUNIÕES:

As reuniões foram realizadas de acordo com o programa de atividades previamente estabelecido. A abertura das reuniões de trabalho da conferência foi realizada pelo Almirante Henrique Gouveia e Melo, da Marinha Portuguesa. A partir desse momento, a conferência foi conduzida pelo Capitão-de-mar-e-guerra João Pedro Maurício Barbosa, Secretário da VII Conferência das Marinhas da CPLP.

Em seguida, foram realizadas palestras das Delegações, seguidas de debates.

Segue-se o resumo das palestras apresentadas pelas Delegações:



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Angola:

O Almirante Valentim Alberto António, da Marinha de Guerra Angolana, realizou uma palestra subordinada ao tema: “A Pesca Ilegal, não declarada e não regulamentada”, com o objetivo de partilhar conhecimento sobre pesca INN em geral e em Angola em particular, tendo em conta o seu impacto na sociedade. Referiu que o impacto da pesca INN se manifesta na segurança alimentar, acelera o declínio das espécies piscícolas, é muito prejudicial para a situação económica e social podendo ameaçar a sobrevivência de algumas comunidades costeiras - e promove a destruição dos habitats marinhos. Neste contexto, relevou a necessidade de restauração e proteção dos mangais nas áreas costeiras, a fim de possibilitar a reprodução das espécies. Por outro lado, para o combate à pesca ilegal e outros ilícitos no mar, referiu que Angola está a criar um sistema seguro e robusto de vigilância marítima integrada com meios de observação costeira, aéreos navais (Navios de Patrulha Oceânica, Helicópteros, Aviões de Asa Fixa e Drones).

Na discussão que se seguiu, o Almirante Gouveia e Melo destacou o projeto piloto de criação de recifes artificiais que será testado na Zona Livre Tecnológica Infante D. Henrique, em Troia, Portugal, que visa a criação de áreas de reprodução e desenvolvimento de espécies piscícolas no litoral, produzindo um efeito semelhante aos mangais na costa de Angola.

Cabo Verde:

O Capitão-do-Mar Armindo António da Graça, da Guarda Costeira de Cabo Verde, realizou uma palestra subordinada ao tema “Pesca ilegal em Cabo Verde”, salientando que a pesca INN produz um efeito devastador na economia, na segurança Alimentar das Populações, na segurança dos pescadores e tripulações e é uma atividade transfronteiriça. Em Cabo Verde, a prática de atividades consideradas como pesca INN ocorre maioritariamente na pesca artesanal, sendo que, relativamente à pesca praticada por navios estrangeiros, não há registos recentes da prática de ilícitos, embora a falta de capacidade de monitorização e fiscalização não permita uma correta contabilização destes ilícitos. Identificou, ainda, a necessidade de uma melhor articulação com Marinhas amigas no âmbito das Presenças Marítimas Coordenadas, o aumento do número de inspetores de pesca, a melhoria do sistema de monitorização por satélite, o aumento da capacidade de intervenção em toda a ZEE e o incremento da segurança cooperativa através de parceiras com Marinhas e forças aéreas de países amigos e de operações de fiscalização conjuntas com os países da região.

Referiu, ainda, a necessidade de se implementar o uso de veículos não tripulados na patrulha da ZEE, de edificar um sistema de radares costeiros e de sistematizar a informação recolhida pelas diferentes instituições com competências na matéria.



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Na discussão que se seguiu, debateu-se a impossibilidade da criminalização da pesca INN para além das 12 NM, o que dificulta a ação dissuasora por parte do Estado costeiro.

Para além disso, o Almirante Gouveia e Melo destacou a relevância da *intelligence* e do tratamento dos dados e da informação para maximizar a eficiência operacional. Neste quadro, o Almirante Valentim Alberto António referiu a importância de troca de informação sobre atividades de pesca INN e, em complemento, o Almirante Gouveia e Melo propôs, como possível medida concreta, a criação e partilha de uma base de dados sobre navios de pesca ilegal que frequentam as ZEE dos países da CPLP.

Guiné-Bissau

O Coronel Arafam Camará, Adido de Defesa junto da Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, salientou a importância estratégica da CPLP e a necessidade de uma visão inspiradora para as Marinhas da CPLP.

O Almirante Gouveia e Melo destacou os acordos de fiscalização conjunta realizados entre Portugal e STP entre Portugal e Cabo Verde, recomendando a realização de um acordo de cooperação entre a Guiné-Bissau e outro país da CPLP que tenha capacidade para apoiar.

Portugal

O Almirante Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo, da Marinha Portuguesa, proferiu uma alocução, salientando a necessidade de se potenciar uma visão comum, das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, inspiradora, assente num modelo de duplo-uso, suportada no modelo das Marinhas pós-modernas e mitigadora de atores estatais dispersos, minimizando atuações incoerentes, dessincronizadas e comportamentos desviantes.

Neste quadro, propõe o desenvolvimento de diversas linhas de ação, alcançáveis no curto e no médio prazo, designadamente, a implementação da troca de informações sobre diversas modalidades; a calendarização de um programa de formação e treino para partilha de conhecimento; o incremento das missões combinadas e cooperativas de segurança, de combate e prevenção a atividades ilegais no Golfo da Guiné e com os países da região; a criação de uma equipa de Direito Comparado para identificar lacunas e promover a melhoria do quadro legislativo relativo à pesca INN dos países da CPLP e, por fim, propõe também que as Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP se constituam como elementos transmissores desta visão, possibilitando a agregação de outros países e contribuindo para o uso sustentável do mar.



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Para concluir releva as inúmeras vantagens e ganhos em considerar o combate à pesca INN como um objetivo da CPLP - e em concreto das suas Marinhas e Guardas Costeiras - e considera vital implementar estratégias de conservação dos ecossistemas e de combate à pesca INN.

Na discussão que se seguiu, o Almirante Valentim Alberto António propôs que, à semelhança do acordado na VI Conferência das Marinhas da CPLP, seja promovido o desenvolvimento do conceito de "Marinha de duplo-uso", com vista a evitar a duplicação de custos e aumentar a eficiência. O Almirante Gouveia e Melo complementou com a necessidade de se relevar o modelo das marinhas pós-modernas, concentrando num único ator as funções militares e não militares de um Estado costeiro.

São Tomé e Príncipe

O Subtenente Hélder Soares da Mota Quaresma, da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, realizou uma palestra subordinada ao tema "Pesca Ilegal, Não declarada e Não regulamentada - Novas abordagens", contextualizando a atividade da pesca na região e a grande relevância desta atividade para a economia de São Tomé e Príncipe (STP). Por outro lado, salientou que a pesca INN tem prejudicado gravemente a economia de STP e tem diminuindo o *stock* pesqueiro, tratando-se de uma prática altamente lucrativa e onde vigora a impunidade, como resultado da falta de fiscalização ou atuação contra a pesca INN no Golfo da Guiné.

Salientou a cooperação entre STP e diversos Estados, nomeadamente Portugal e Gabão, no combate à pesca INN e identificou diversas abordagens para aumentar a eficácia da fiscalização marítima, designadamente através de um Centro de Operações Marítimas operado em permanência, da utilização de sistemas de monitorização e vigilância, do fortalecimento da cooperação com outros Países e da articulação com Centros de Operação do Golfo da Guiné.

Para além da Fiscalização Marítima, relevou a realização de outras ações que visam incrementar a sustentabilidade da atividade piscatória e a eficácia dos Quadros Fiscalizadores, nomeadamente, a sensibilização das comunidades piscatórias, a participação em Exercícios Internacionais e a formação de Quadros de Fiscalização Marítima.

No final da apresentação, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Afonso de Barros, Comandante da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, destacou o resultado muito positivo da cooperação com a Marinha Portuguesa através do NRP *Zaire*. O Almirante Gouveia e Melo referiu que esta cooperação deverá evoluir para um modelo mais operativo, fruto da maior capacitação da Guarda Costeira de STP.



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Timor-Leste

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Adão Brito "Jacky", da Componente Força Naval Ligeira de Timor-Leste, realizou uma palestra subordinada ao tema "Pesca ilegal em Timor-Leste", caracterizando genericamente a atividade piscatória e o impacto da pesca INN, que tem resultado, por exemplo, na redução dos *stocks* de peixes, no dano ambiental e na destruição do recife de coral.

Salientou, também, que Timor-Leste se tem esforçado por mitigar a pesca INN e que o esforço tem incidido na utilização de tecnologia MCS (*Monitoring, Control and Surveillance*), no estabelecimento de uma cooperação a nível nacional, regional e internacional, partilhando informação com os pescadores locais e através da melhoria do modelo de gestão das pescas.

Como principais expectativas e desafios, identificou a necessidade de reforçar as capacidades na aplicação da lei, a aquisição de conhecimento sobre técnicas e procedimentos de fiscalização e investigação e, finalmente, a implementação do Sistema de Autoridade Marítima, em 2023.

Na sequência desta apresentação, o Almirante Gouveia e Melo destacou a grande importância de proteger o recife de coral, pois constitui-se como um elemento fundamental para a preservação e desenvolvimento dos *stocks* piscícolas.

III - RECOMENDAÇÕES APROVADAS:

As Delegações reuniram-se e debateram intensamente vários temas. As recomendações aprovadas, consensualmente, pelas Delegações foram as seguintes:

Recomendação nº 1: Promover o combate à pesca INN como um objetivo da CPLP e, em concreto, das suas Marinhas e Guardas Costeiras.

Recomendação nº 2: Implementar a troca de informações, sobre diversas modalidades, nomeadamente através de uma base de dados partilhada sobre pesca INN, entre as Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP.

Recomendação nº 3: Disponibilizar, por parte da Marinha Portuguesa, colaboração às Marinhas e Guardas Costeiras no combate à pesca INN através da implementação do Sistema de Apoio à Decisão na atividade de Patrulha (*versão cooperação*).

Recomendação nº 4: Desenvolver e calendarizar um programa de formação e treino, em diversas áreas técnicas, para partilha de conhecimento, nomeadamente no âmbito da atividade de fiscalização e monitorização da pesca INN.

Recomendação nº 5: Incrementar a realização de missões combinadas e cooperativas de segurança, de combate e prevenção a atividades ilegais no Golfo da Guiné com os países da região.



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Recomendação nº 6: Criar uma equipa de Direito Comparado, relativo à pesca INN, para identificar lacunas e promover a melhoria do quadro legislativo dos países da CPLP.

Recomendação nº 7: Encorajar as Marinhas e Guardas Costeiras a desenvolver o conceito de "Marinha de duplo-uso", com vista a evitar a duplicação de custos e aumentar a eficiência.

Recomendação nº 8: Encorajar as Marinhas e Guardas Costeiras a desenvolver o modelo das Marinhas pós-modernas, concentrando num único ator as funções militares e não militares de um Estado costeiro.

Recomendação nº 9: Prosseguir as ações de cooperação entre as Marinhas e Guardas Costeiras para o combate às "novas ameaças" nos espaços marítimos, aumentando a eficiência e minimizando atuações incoerentes, dessincronizadas e comportamentos desviantes.

Recomendação nº 10: A Marinha de Guerra de Angola deverá acolher a VIII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa a ser realizada em 2024. Na impossibilidade deste o fazer, a Marinha do Brasil disponibilizou-se para acolher a referida conferência.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Na cidade de Lisboa, Portugal, no dia nove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, os Delegados presentes da VII Conferência das Marinhas e das Guardas Costeiras da CPLP assinam a presente Ata.

VALENTIM ALBERTO ANTÓNIO
Almirante
Marinha de Guerra Angolana

Pe'l'O
ALMIR GARNIER SANTOS
Almirante de Esquadra
Marinha do Brasil

EDUARDO RABHA TOZZINI
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Adido de Defesa e Naval junto da
Embaixada do Brasil em Lisboa

ARMINDO DA GRAÇA
Capitão-do-Mar
Guarda Costeira de Cabo Verde

Pe'l'O
HÉLDER NHANQUE
Contra-almirante
Marinha de Guerra Nacional da
Guiné-Bissau

ARAFAM CAMARÁ
Coronel
Adido de Defesa junto da Embaixada da
Guiné-Bissau em Lisboa

HENRIQUE GOUVEIA E MELO
Almirante
Marinha Portuguesa

PEDRO AFONSO DE BARROS
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe

ADÃO BRITO "JACKY"
Capitão-Mar-e-Guerra
Componente Naval de Timor-Leste